



O caso da Igreja da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, e sua patrimonialização | Ana Gabriela Saba

*Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) |
anagabisa@gmail.com*

[<http://lattes.cnpq.br/1196977891746511>]

Resumo: O presente artigo é parte da pesquisa de doutorado e apresenta uma reflexão sobre algumas questões do patrimônio cultural, a partir de dois processos de tombamento da Igreja da Penha, na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro foi indeferido em 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan); cinquenta anos depois, em 1988, a Igreja foi tombada provisoriamente e, dois anos depois, ocorreu o tombamento definitivo, pelo município do Rio de Janeiro. Houve interferência dos religiosos responsáveis pela Irmandade que cuida da Igreja da Penha nos dois processos para impedir a ação, sendo que no primeiro o pedido de indeferimento foi atendido e no segundo, não. Por meio de autores que refletem sobre a categoria do patrimônio e os lugares de memória, juntamente com o histórico da Igreja e festa da Penha, a descrição dos processos foi elaborada a análise de para que e quem servem os patrimônios e os conflitos que permeiam o campo.

120

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Igreja da Penha; processos de patrimonialização.

Abstract: The present article is part of the doctoral research and presents a reflection on some issues of cultural heritage, based on two processes of preservation of the Church of Penha, in the city of Rio de Janeiro. The first was rejected in 1938 by the National Historic and Artistic Heritage Service (Sphan); fifty years later, in 1988, the Church was provisionally listed and, two years later, the definitive listing took place, by the municipality of Rio de Janeiro. There was interference from the religious responsible for the Brotherhood that takes care of the Church of Penha in the two processes to prevent the action; in the first, the rejection request was granted and in the second not. By reading authors who reflect on the category of heritage and places of memory, along with the history of the Church and the feast of Penha, the description of the processes was elaborated, the analysis of what and who are the heritage and conflicts that permeate the field.

Keywords: Cultural heritage; Penha Church; patrimonialization processes.



Introdução

O presente artigo é parte da pesquisa de doutorado, que estudou a educação patrimonial a partir de projetos escolares de professores de história no município do Rio de Janeiro, especialmente o *Rolé na Penha*. Este abordou a história local juntamente com as memórias da comunidade escolar através da identificação das referências culturais do bairro da Penha, tendo como primeiro ponto e ensejo na criação do projeto a Igreja da Penha. Para a compreensão ampla do projeto foi realizada pesquisa sobre o bairro e bens considerados patrimônios pelas instituições responsáveis nas esferas federal, estadual e municipal. Com dados do indeferimento do tombamento da Igreja da Penha pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938 e o tombamento realizado em 1990 pelo município, muitas dúvidas surgiram. As inquietações levaram a uma procura pelos processos de tombamento, que desencadearam as reflexões aqui abordadas.

Ao investigar sobre a patrimonialização da Igreja da Penha percebeu-se que ela, ou melhor, a Igreja Nossa Senhora da Penha de França, localizada no Largo da Penha 19, fora tombada definitivamente em 1990, após um tombamento provisório em 1988. E o show Pirotécnico da Igreja da Penha, que compõe as festividades de réveillon na cidade do Rio de Janeiro, foi patrimonializado como Patrimônio Cultural de natureza imaterial da cidade no ano de 2016.

O objetivo deste artigo é trazer algumas reflexões a partir de teóricos referenciais que tratam das temáticas do patrimônio cultural e memória, como José Reginaldo Gonçalves, Walter Benjamin, Pierre Nora; para pensar os processos de patrimonialização da Igreja da Penha. Não há um aprofundamento teórico sobre patrimônios religiosos, ou entre acervos públicos e privados, tendo em vista que o foco está no 'para o quê' e 'a quem' serve este patrimônio que foi instituído e a quem pode ou deve que ele interesse. Para isso, o artigo está subdividido nas seguintes partes: o patrimônio cultural em questão; o bairro, a Igreja e a festa da Penha; a patrimonialização da Igreja; o processo de tombamento indeferido; o processo de tombamento definitivo e considerações.

O patrimônio cultural em questão

O termo patrimônio traz, em sua concepção, a ideia de herança que com o tempo passou a configurar-se enquanto bem coletivo. Ele, que vem sendo utilizado desde a antiguidade, ganhou visibilidade em relação ao seu caráter



cultural nos últimos dois séculos. O antropólogo José Reginaldo Gonçalves¹ considera o patrimônio enquanto uma categoria de pensamento que permite que se possa transitar analiticamente em diversos mundos sociais e culturais.

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas.²

No trecho, José Reginaldo Gonçalves apresenta a perspectiva de os patrimônios estarem situados para além dos objetivos de simbolizar, representar e comunicar, servindo na mediação dos processos de subjetividade de construção das pessoas. O autor aponta a probabilidade da originalidade do entendimento dos antropólogos sobre a categoria patrimônio residir na ambiguidade da noção antropológica de cultura atravessada pelas manifestações das concepções nativas. Ele considera que “a categoria ‘patrimônio’, em suas variadas representações, parece confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural”³.

Na construção de uma memória que contemple a muitos e na pluralidade da categoria patrimônio, o fator tempo precisa ser considerado. A apreciação sobre o ‘tempo’ é complexa, pois se dá a partir do presente como única possibilidade temporal para as vivências. Um presente constituído pelas memórias, que alicerçam a história e podem ser ressignificadas a cada momento na construção do futuro. Os patrimônios possuem intrínseca relação com o tempo na sua representação e maneira escolhida pelas sociedades para registrar e contar sua história. Entretanto, há que se ponderar que o presente, do aqui e agora, parece noticiar sobre uma crise que vai além da abrangência do que pode conter o tempo, algo sobre a própria existência. Ao se renunciar à experiência do vivido, dos antepassados, como elucidou Walter Benjamin⁴, parece que estaríamos acessando uma maneira de existência pela barbárie. O apego exagerado ao presente indicia sua crise. A celeridade dos meios de comunicação, das informações e inovações do século XX, que tem se agravado no século XXI, trouxe uma sensação de abreviação do tempo presente.

Essa aparente perda do tempo presente gera um apressado estabelecimento do passado, obcecado pela memória. Com isso, há uma tentativa de reter o máximo das memórias possível, em um esforço de nada esquecer, como ressaltou Pierre Nora⁵ ao escrever sobre os lugares de memória. Memória esta que é dinâmica nas relações entre lembrança e esquecimento, espontânea, coletiva, plural, múltipla, fenômeno que parte do presente ao passado. A apreensão e resguardo das memórias resulta em um considerável crescimento do número dos patrimônios culturais acautelados pelas instituições responsáveis e reconhecidos



socialmente. Tal proliferação tem representado o ensejo de reter as lembranças para que a existência humana se torne imanente através de seus símbolos.

Ao observar essa expansão, o antropólogo José Reginaldo Gonçalves⁶ associou o uso da palavra “patrimônio” a uma espécie de “grito de guerra” em que quaisquer espaços da cidade, atividade, lugar e objeto podem ser identificados e reivindicados como patrimônio por um ou mais grupos sociais. As solicitações por legitimar um bem, através de processos legais pelos órgãos competentes, partem de demandas fundadas na memória coletiva ou narrativa histórica e dos interesses de ordem social, econômica e política na definição ou não dos patrimônios. Com isso, o antropólogo sinaliza que o aumento dos patrimônios transforma a própria categoria e, portanto, antropólogos e profissionais que trabalham com o patrimônio precisam estar atentos.

Sobre as transformações da categoria patrimônio, José Reginaldo Gonçalves (2012) fez o exercício de reavaliá-la a partir de suas representações de passado, presente e futuro. Para o autor, os patrimônios são formas de cultura. Ele observou que os modernistas brasileiros, do início do século XX, cultivavam o passado visando uma construção de futuro para a nação, com uma identidade nacional que ainda não existia. As transformações teriam ocorrido na sensibilidade coletiva, que levaram a um deslocamento das atitudes e representações em relação aos patrimônios. A primeira delas no plano institucional, onde o Estado nacional já não detém a hegemonia na elaboração e implementação das políticas de patrimônio; outros grupos sociais, especialmente os detentores, vêm ganhando espaço de reivindicar e estabelecer patrimônios. A segunda, seria a fragmentação dos patrimônios e suas repercussões no plano discursivo; os patrimônios reivindicados por “novos” grupos sociais e étnicos não possuem necessariamente vínculos com a identidade nacional em primeiro plano; existem outras demandas em questão. Uma terceira transformação diz respeito à intensificação das relações entre o patrimônio e o mercado do turismo.

Na conclusão sobre o ciclo de transformações da categoria patrimônio, José Reginaldo Gonçalves fez uma revisão das próprias compreensões, quando propôs uma reflexão que vai da retórica da perda à reconstrução permanente. Nos anos de 1980, ao debater sobre a retórica da perda, o autor posicionou o papel das políticas de patrimônio para controlar o processo de transformação sofrido pelos bens culturais e tentar recuperar o que estava ameaçado de perda. Isto estaria em declínio devido a mudanças no regime de representação do tempo. Atualmente existe uma supervalorização do presente em detrimento do futuro, onde o passado seria reproduzido em forma de patrimônio, um presentismo que parece ter a pretensão de eternizar o hoje. Nessa proposta reflexiva, haveria a



necessidade de uma substituição de questionamentos: – de o que é patrimônio –, para o que serve, quem patrimonializa o quê, onde, como e com quais propósitos.

Um outro elemento das transições, apontado pelo autor, reside no fato de os patrimônios não representarem mais um consenso, mas mostrarem-se fragmentários e divididos contra si mesmos. Ponto este que precisa ser ponderado, já que se faz necessário perguntar se algum dia os patrimônios significaram qualquer tipo de concordância? Ou seria a imagem de hipotética homogeneidade de aceitação dos patrimônios representantes de uma elite hierarquizada socialmente como vencedora? Talvez o que existia era a falta de um lugar de debate, ou o não direito a um lugar de fala para todos os envolvidos nos interesses, ou não, de patrimonialização de um bem.

O bairro, a Igreja e a festa da Penha

A história do bairro da Penha remonta às primeiras ocupações coloniais na região de produção de açúcar na cidade do Rio de Janeiro, por duzentos anos. A origem do nome e do bairro da Penha remete a um mito fundador da igreja por um grande proprietário de terras na freguesia de Irajá, o capitão Baltazar Abreu Cardoso. Em 1635⁷, o capitão teria vivido uma experiência miraculosa de ser livrado do ataque de uma serpente por Nossa Senhora e em agradecimento mandou construir uma capelinha no alto do penhasco. O capitão Baltazar, sua família e vizinhos subiam a grande pedra para sua devoção religiosa, logo outros passaram a admirar o gesto e repeti-lo, assim tornando a peregrinação uma tradição. Antes de morrer, o capitão Baltazar deixou seus bens ao santuário. Para sua manutenção, foi criada em 1728 a Irmandade de Nossa Senhora da Penha, que cuidava também dos romeiros e da festa anual que era realizada para a santa. O início das festividades da Igreja da Penha remonta à colônia, ainda na época do capitão Baltazar.

Em 1819, foi esculpida por trabalhadores escravizados uma escadaria de 382 degraus no granito do penhasco, financiada por uma devota para pagar uma promessa⁸. A Igreja passou por algumas reformas e ampliações em 1870, entre 1903 e 1906 e em 1925. A comunidade religiosa passou igualmente por diversas mudanças de categoria, demonstrando seu reconhecimento perante a estrutura religiosa da Igreja Católica, sendo que atualmente ocupa o lugar de “Basilica Santuário Arquidiocesano Mariano de Nossa Senhora da Penha de França”.



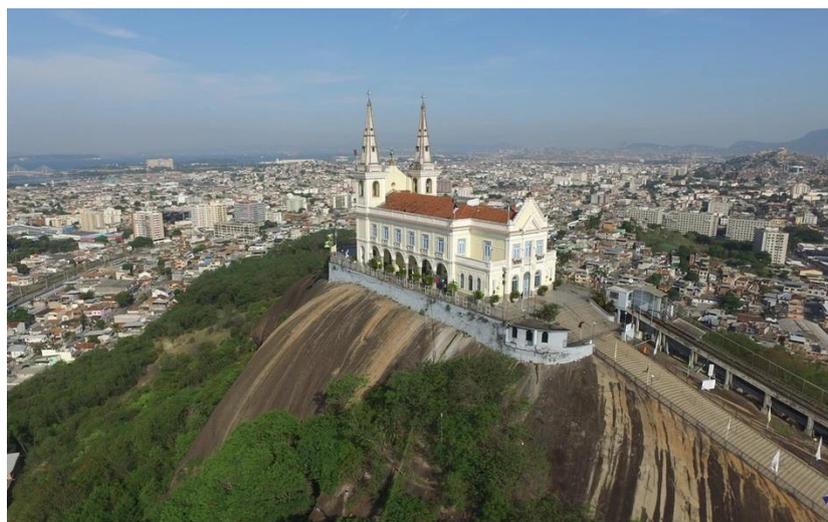
[Fig. 1] Igreja da Penha. **Fonte:** BN Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon988882/icon988882.jpg Acessado em: 12/11/2020

A antiga freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, do final do século XVII, passou por divisões e uma de suas partes deu origem à Penha. A freguesia de Irajá uniu-se à de Inhaúma e consolidaram-se como uma importante região de produção de açúcar para os engenhos das proximidades, além de produtos de subsistência para a população que ia crescendo no entorno. No século XIX a região abrigou a produção cafeeira. Há indícios de que ao final deste século, a localidade possuía uma suburbanização, vinda do crescimento desordenado ao redor da Estrada de Ferro Central do Brasil.

O crescimento do bairro da Penha robusteceu-se no início do século XX, especialmente com a instalação do Cortume Carioca na década de 1920, que se dedicava à fabricação de artefatos de couros e peles, com a indústria química, a metalurgia e a agropecuária. Nas proximidades, principalmente na região da Leopoldina, havia um número considerável de matadouros para o abastecimento da cidade e regiões. Outras indústrias também se instalaram por ali, o que atraía mais a população. O Cortume Carioca foi fechado em 1980 em decorrência de novas políticas ambientais.



O bairro da Penha, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, segundo dados do IBGE (2010) possui em torno de 78.600 habitantes, tem uma história entrelaçada com a da igreja. Foi a partir da Igreja da Penha, desde a sua edificação no século XVII, que a população foi crescendo em seu entorno e tornando-se uma referência para a localidade. A data de oficialização da Penha como bairro remonta a 22 de julho de 1919, mas sua delimitação territorial foi decretada em 1981.



126

[Fig. 2] Igreja da Penha. Fonte: web site A Basílica Santuário da Penha. Disponível em: <https://www.basilicasantuariopenhario.org.br/a-basilica-santuario-da-penha> Acessado em: 20/12/2022

Ao longo de sua história, a Igreja teve alguns padres responsáveis que eram engajados na luta abolicionista. Há destaque para que um dos proprietários de terra na região tenha sido o padre Ricardo Silva, pároco da Igreja da Penha e da Matriz de Irajá desde a década de 1870 até o início do século XX. Ele teve atuação política na Revolta da Armada e na campanha abolicionista aliado a José do Patrocínio, em que foi oposição a Floriano Peixoto, mantendo contato com os revoltosos pelo porto Maria Angu e Quilombo da Penha, além de ser conhecido pelas medidas que tomou, especialmente no incentivo a Festa da Penha, reformas da Igreja e campanhas por melhorias dos serviços de água e linhas de bonde. A motivação do padre não se pode afirmar, porém há que se considerar a vasta participação na vida e política da localidade⁹.

No início da República, muitos libertos, operários e trabalhadores buscavam diversão nos arraiais da Penha, o que havia de sobra, com violões, charangas e sanfonas, comidas como bacalhau, caldo verde e cozido, além de



quitutes de baianas. O local onde estava localizado o Quilombo da Penha, deu lugar a comunidade da Vila Cruzeiro, uma das favelas do bairro da Penha.

Viva a Penha

A polícia não quer barulho, a polícia não quer bebedeira.
E viva a Penha! E viva a Penha! E viva a Santa, nossa Santa padroeira!
Quem fizer barulho vai pro xilindró, com a bebedeira vai ficar falando
só. Pode haver batuque, pode até sambar, a nossa polícia só não pode é ver
brigar!

(Pedro Celestino 1928)

Baião da Penha

Nossa Senhora da Penha
Minha voz talvez não tenha
O poder de te exaltar
Mas dê bênção padroeira
Pressa gente brasileira

(Luiz Gonzaga, David Nasser e Guio de Moraes 1951)

127

Os trechos acima são alguns exemplos dos muitos interpretados por músicos brasileiros sobre a Igreja da Penha. A festa da Igreja da Penha é realizada desde o século XVIII e acontece no mês de outubro, marcada por romarias nos finais de semana. Lugar de devoção e festejos, inicialmente era religiosa e lusitana. Portugueses, principalmente os menos abastados, se aglomeravam para fazer pedidos, pagar promessas, comer e beber alegremente. Os festejos foram se tornando a cada ano mais populares, pelo que sofreram graves críticas no início do século XX, sendo alvo de algumas proibições. No final do século XIX, há registros em periódicos sobre os festejos da Penha. Um desses foi o do escritor Machado de Assis (1839-1908), em 1876, no texto “Histórias de Quinze Dias”, em que cita a alegria e diversão da festa Penha como sendo maior do que seu cunho religioso, se comparada às celebrações da Glória, sendo esta última frequentada por pessoas mais elegantes. No mesmo texto, Machado de Assis¹⁰ aproveita os comentários sobre a festa para fazer uma crítica à ignorância dos eleitores brasileiros à época, dizendo que setenta por cento deles votam como vão à festa da Penha, por divertimento.



[Fig. 3] Festa da Igreja da Penha em 1942. **Fonte:** Diário do Rio. Disponível em: <https://diariodorio.com/william-bittar-a-popular-festa-da-penha-na-cidade-do-rio-de-janeiro-o-santuário/> Acessado em: 20/12/2022

As histórias que remetem à Penha foram registradas nas músicas, que entrelaçam relatos cotidianos à devoção à padroeira da Igreja. Vale citar algumas das músicas que fazem alusão à região da Penha e suas histórias. Noel Rosa (1910-1937), por exemplo, reconhecido por seu pertencimento ao bairro de Vila Isabel e enaltecendo-a em quatro sambas, chegou a ter oito composições remetendo-se à Penha. O samba “Festa da Penha” foi composto por Cartola (1908-1980) e Asobert, trazendo a história de um homem que pega um terno emprestado para ir à festa e promete não subir a escada de joelhos para não estragar a roupa. João Bosco (1946) e Aldir Blanc (1946-2020) compuseram “Escadas da Penha” (1975) que narra uma tragédia passional na Penha, de um homem que descobre que sua mulher negra o trai com o amigo. No “Baião da Penha”, no trecho acima, gravado inicialmente por Luiz Gonzaga (1912-1989), mostra a devoção do nordestino indo pedir proteção e paz para o lar do retirante na cidade grande. Ou ainda a repressão dos festejos citada do trecho de “Viva a Penha” interpretada por Pedro Celestino em 1928.

Os festejos populares da Penha reuniam devoção, comidas, bebidas, música e dança e foram se tornando cada vez mais populares com a instalação de estação ferroviária nas proximidades no final do século XIX. A primeira metade do século XX foi marcado por festividades extensas, que tomavam grande parte do bairro; as pessoas vinham de várias localidades da cidade. A festa da Penha era



considerada a segunda maior festa da cidade, depois do Carnaval. O número deromeiros para a festa cresceu. Porém, desencadeou também uma série de restrições e tentativas de limitar os festejos, como padres que tentaram frear o caráter popular das festividades. O teor popular da festa permaneceu para além das celebrações religiosas, e muitas das composições iam para o carnaval, contando com presenças como Sinhô (1888-1930), Heitor dos Prazeres (1898-1966), Donga (1890-1974), Pixinguinha (1897-1973) e João da Baiana (1887-1974).

As gerações vão mudando, a festa perdeu bastante do seu tamanho e relevância no contexto da cidade como um todo, mas segue sua tradição popular. O historiador Luiz Antonio Simas¹¹ falou sobre uma criminalização da cultura popular no início do século XX e trouxe uma interessante controvérsia. A cidade do Rio de Janeiro que fora fundada com a expulsão dos franceses no início do século XVI, quatro séculos depois, na busca por uma padronização francesa para a cidade, contemplada no que se compreende como a Belle Époque carioca, deslegitimava as classes populares, em especial os negros, em nome das tradições elitistas dos que antes eram a ameaça.

129

Os professores Adriana Facina e Carlos Palombini¹² fizeram uma reflexão sobre os festejos na Penha. Desde a festa na Igreja até o baile funk na Chatuba, os autores perceberam a incidência de tais eventos serem considerados perigosos por serem populares e por gerarem questionamentos em épocas diferentes. Facina e Palombini destacaram que “dez anos de trabalho em campo nos levam a perceber nas festas da Penha a alegoria de longa tradição histórica na qual se articulam a criminalização e a sobrevivência das culturas da diáspora negra na cidade do Rio de Janeiro”¹³.

A patrimonialização da Igreja

Os festejos, os relatos, as músicas, os estudos mostram a importância da região da Penha, especialmente pela referência de devoção e divertimento nos entornos da Igreja, para a própria construção da cidade do Rio de Janeiro. Diante do que é até intrigante observar o processo de patrimonialização da Igreja da Penha, indeferido pelo Sphan em 1938, uma vez que o órgão nacional do patrimônio havia sido criado no ano de 1937, estava localizado no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e nesta fase inicial deu-se grande atenção ao tombamento das edificações suntuosas, de visibilidade, muitas delas igrejas. Mesmo que à época o Brasil fosse uma república recente, que não havia chegado ao seu jubileu e que deixara de ter oficialmente uma religião nacional para se declarar laico. Entretanto, as extensões e domínios religiosos persistiam, o que pode ser identificado no



trabalho do primeiro ano do Sphan, que se empenhava no tombamento de muitos templos religiosos católicos como símbolos de uma identidade nacional e que eram representantes de estilos arquitetônicos, que deveriam ser preservados e valorizados enquanto tais.

Para além da preservação, a possível demolição e destruição de um edifício arquitetonicamente com relevância histórica, o tombamento de um bem por um órgão do governo federal garantia alguns recursos e subsídios para sua preservação, mesmo que muitas vezes insuficientes. E na maioria das situações era garantia de certo status de valorização do patrimônio em questão para os que dele eram detentores e com ele se relacionavam.

Os processos de tombamento foram disponibilizados para a pesquisa de maneira remota em decorrência da pandemia da COVID 19. Esses documentos mostram aspectos interessantes para a reflexão dos conflitos e interesses envolvidos nos processos de patrimonialização de um bem, no caso da Igreja da Penha. E suscitam algumas questões que fazem pensar os processos de patrimonialização em cada localidade e seus atravessamentos.

Existe alguma relação do patrimônio a partir da cidade? Seria possível pensar os patrimônios de uma cidade? E se for possível, como seria com órgãos municipal, estadual e federal legislando sobre a mesma cidade? Como funciona a relação das políticas públicas patrimoniais na cidade do Rio de Janeiro, a partir das suas diferentes esferas? Seria possível pensar o patrimônio cultural de uma cidade, sem antes existir um diálogo entre as esferas? Ao elencar essas perguntas, não o faço de maneira inocente, ou negligenciando que existam estados e cidades no Brasil que tenham se empenhado em tais diálogos e buscado caminhos para tornar esse diálogo possível. Mas ao fazer as perguntas, as realizo com intencionalidade específica para a cidade em questão.

Pensar a cidade do Rio de Janeiro, com seus aproximadamente sete milhões de moradores, que foi por quase duzentos anos capital do Brasil e já sofreu muitas transformações, requer levar em consideração seu sentido diverso, múltiplo e desigual. Logo pensar, identificar e patrimonializar bens representativos da cultura é tarefa complexa, que necessita cuidado, muitas ponderações e uma busca da compreensão da teia de diversas relações, personagens e histórico que formaram cada um dos órgãos de acatamento patrimonial na cidade. Os processos de patrimonialização indeferidos e tombados do Sphan e IRPH podem vir a configurar um elemento para tal reflexão.



O processo de tombamento indeferido

O processo de número 52 do Iphan, do tombamento do monumento Igreja de N. S. da Penha de França é composto de trinta e duas páginas, algumas contendo apenas numeração de protocolo e outras endossando o corpo do processo. O documento é composto por: uma carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Provedor da irmandade para que fosse aceito ou impugnado o tombamento da igreja; em resposta ao pedido de refutar o tombamento, um laudo técnico de parecerista do Sphan acatando a contrariedade ao tombamento; o relatório do processo, a resolução e notificação à irmandade sobre o indeferimento do processo; e páginas de 1999 quando do arquivamento do processo.

A contestação ao pedido de tombamento por parte da Irmandade que cuidava da Igreja da Penha possui seus argumentos, demonstrados no trecho a seguir: do Memorial elaborado pelo comendador José Rainho da Silva Carneiro em resposta ao pedido de tombamento pelo diretor da instituição Rodrigo Melo Franco de Andrade:

131

Quanto, porém, à própria Igreja, basta considerar que, nos termos expressos e textuais do próprio Dec.-lei n. 25, de 30 de Novembro de 1937, o patrimônio histórico e artístico nacional compreende, unicamente, Os bens, existentes no país, “cuja conservação seja de interesse público, QUER POR SEU EXCEPCIONAL VALOR ARQUEOLÓGICO ou ETNOGRÁFICO, BIBLIOGRÁFICO ou ARTÍSTICO.”

O Templo da Penha - de construção recente, sem estilo arquitetônico, sem maior beleza – não se inclui nessa definição. O “interesse público” que pudesse haver na conservação – não resultaria em caso algum, de “EXCEPCIONAL VALOR” de qualquer das quatro espécies acima indicadas.

Se se incluísse esse templo no Patrimônio de que trata, nenhum outro deixaria de o ser, dentre todos os que há nesta Capital. Necessário é dizer que a inclusão acarreta ônus e responsabilidades para a Fazenda Nacional – ao mesmo tempo que restringe os direitos do proprietário. Nem estas restrições, nem aqueles ônus se devem avultar injustificadamente, ou além dos termos estritos da lei aplicável.

José Rainho da Silva Carneiro
JUIZ

O trecho do documento evidencia o contexto histórico, conflitos e interesses envolvidos. A transcrição do texto foi realizada com os grifos nele existentes, o que enuncia o que o representante da Irmandade gostaria de comunicar. Para argumentar contra o tombamento da Igreja foi utilizada uma interpretação da legislação em vigor, estabelecida na criação da instituição e sua definição sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. Na extensão da carta memorial justifica-se que por haver passado por diversas reformas a igreja não possuía um estilo arquitetônico específico que merecesse ser preservado. A questão da arquitetura da igreja foi utilizada para justificar igualmente a falta de beleza ou interesse público por um excepcional valor.



A carta, ao responder sobre a contrariedade ao tombamento, apresenta alegação dentro dos parâmetros conceituais do seu tempo, explicitando o que era considerado belo ou de interesse público. E que foi acatada quanto pertinente no laudo técnico realizado. Outro aspecto elucidado nas interlocuções do processo indeferido da Igreja da Penha é que desde o início do Sphan existiam disputas em torno dos bens patrimonializáveis, ou não, e seus porquês.

Mais uma alegação para a contestação referia-se à falta de recursos institucionais para arcar com a proteção do bem em questão e que seriam impertinentes. E uma última questão diz respeito a uma restrição aos direitos dos proprietários. Em ofício anterior, essa questão teve maior detalhamento, ao explicar sobre a importância do templo religioso para atender aos fiéis, que precisa por isso, de constantes reformas e que o possível tombamento poderia vir a ser um empecilho às necessidades do imóvel. Diante da argumentação realizada pela irmandade pedindo a impugnação do tombamento e vistoria técnica que reconheceu como pertinente o recurso da apresentação, o Conselho consultivo do Sphan resolveu indeferir o processo de tombamento.

Chama a atenção neste processo, que mesmo que os processos de tombamento fossem entendidos como meio de valorização e preservação de um bem imóvel, a estrutura eclesástica da Igreja recusa-se a esse procedimento com as devidas argumentações. A Igreja e Irmandade que a cuidavam já possuíam legitimidade social, não lhes parecendo necessária uma valorização pelo tombamento federal do bem. Pelo contrário, argumentaram que tal feito seria impedimento para as expectativas e projeções futuras da Igreja.

132

O processo de tombamento definitivo

Em 1988, cinquenta anos após o processo de tombamento indeferido pelo Sphan, foi realizado tombamento provisório da Igreja da Penha pelo IRPH, tornando-se definitivo no ano de 1990. O documento de oitenta e duas páginas foi realizado pelo Departamento Geral do Patrimônio Cultural, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, sendo que, dessas, sessenta e sete compõem a ficha cadastral com: imagens, uma planta do imóvel, dados de localização e uma extensa descrição da situação do imóvel com suas condições, história local, dos festejos e da relevância da Igreja da Penha para a formação do bairro e até mesmo da cidade. Na sequência da parte descritiva, há algumas cartas e pareceres: a carta de pedido de tombamento datada de junho de 1988 diante dos dados que atestariam a relevância do bem; de outubro de 1989, um documento registrando a unanimidade na aprovação do tombamento pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural; a aprovação do então prefeito Marcelo Alencar;



Decreto 9.413 de junho de 1990 sobre o tombamento definitivo da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França; documento de quatro páginas com pedido de destombamento por parte da Irmandade de Nossa Senhora da Penha de França datado de dezembro de 1989 mediante o tombamento provisório; e finalmente uma carta de um conselheiro municipal de março de 1990 refutando o pedido da Irmandade.

A descrição que compõe a ficha cadastral é o material que endossa o tombamento da Igreja, portanto vale um olhar atento para as suas partes e ênfases. Há uma divisão em seções, sendo a primeira delas “situação e ambiência” com uma apresentação da localização da Igreja, com uma foto da fachada e desenho do entorno. Na sequência está a “descrição”, que, conforme o nome, descreve o imóvel, contendo subseções com detalhamento específico: fachadas laterais, fachada dos fundos, espaço interno e planta do templo. A última seção é o “histórico”, a parte mais robusta, contendo mais de quarenta páginas escritas e dezessete com fotos, dividida nas subseções: o bairro da Penha, a Igreja da Penha e a festa. A construção do histórico que compõe o processo embasa a compreensão da argumentação da “notável importância desse monumento religioso para a memória arquitetônica, histórica, religiosa, musical, para dizer no mínimo, da Cidade do Rio de Janeiro, quicá do Estado do Rio de Janeiro, ou até do Brasil.”

133

No histórico da Igreja da Penha, componente do processo do município do Rio de Janeiro consta a dificuldade de se obter informações, em decorrência ao acervo da Irmandade ser privado e não aberto à pesquisa. A respeito da dificuldade de pesquisa em arquivos privados, os religiosos têm a particularidade de que as ordens e / ou irmandades, que cuidam da história e memória das Igrejas que administram, possuem cada uma sua maneira de lidar e cuidar ou não do seu acervo. As instituições religiosas são privadas e têm autonomia para lidar com suas memórias e acervos. A religião católica cristã está dividida em muitas ordens, que foram detentoras da cultura escrita ocidental, dominante e colonial, por alguns séculos. Dentre elas, alguns grupos são mais dedicados ao estudo para a formação do seu corpo clerical ou se dedicam à missão evangelística pela educação. Estes costumam ter uma organização melhor dos seus acervos e disponibilidade para a pesquisa, contudo há sempre a questão de ser um acervo privado e suas muitas possibilidades de interferência.

Mediante as informações da ficha cadastral e a aprovação unânime pelo tombamento provisório, a Irmandade mostrou-se contra o procedimento, inclusive manifestando-se a respeito, pedindo o destombamento. Em duas páginas a Irmandade explicita suas “razões do destombamento”. Para aferir a primeira razão, pontuam que o objetivo de preservação do patrimônio artístico e



cultural da cidade, por parte da Secretaria Municipal de Cultura é louvável, porém isso deve ser feito quando há perigo de destruição ou ruína e de maneira voluntária ou compulsória. O que a Irmandade diz não ser o caso da Igreja, que não correria risco dos perigos, que ao longo dos anos foi muito bem cuidada por seus interessados e que a Secretaria não possuiria os recursos necessários aos seus cuidados. A segunda razão apresentada foi a de que frequentemente a Igreja precisava de reformas e não podia esperar a morosidade das burocracias de aprovação das instituições públicas para tal, o que alegavam que podia colocar em risco a Igreja da Penha. E acrescentaram a alegação, dizendo que o tombamento foi precipitado e não levou em consideração as peculiaridades do caso. Ao considerar o risco da não preservação do local, enfatizaram não ser plausível o tombamento pelo órgão municipal.

A resposta de um conselheiro, o que aparenta ter sido um documento interno de resposta à própria Secretaria Municipal de Cultura, sem indícios de que tenha sido enviadas respostas ao questionamento da Irmandade, há uma réplica às duas razões apresentadas. Em relação à primeira razão apresentada, alega haver uma compreensão equivocada sobre tombamento e explica o que busca tal medida institucional:

A razão do tombamento é bem outra. Esse ato administrativo tem por objetivo conservar a existência de qualquer bem móvel ou imóvel existente no país, cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, e independentemente do estado de conservação em que se encontre, ou de ameaça de destruição ou ruína, por ato humano ou da natureza. A razão do tombamento é preservar, para as gerações futuras, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, expressas em arquitetura, na literatura, na pintura, no artesanato, e nas mais variadas formas de manifestação cultural do ser humano. A Constituição Federal de 1988 valorizou o sentido da preservação, e vem contribuir para a eliminação do preconceito que ainda existe contra o tombamento.

Ainda sobre a primeira razão, há uma explicação de que não há dúvidas quanto ao bom cuidado da Irmandade a Igreja e que isso consta no documento realizado para avaliar a relevância do tombamento. Este mesmo serve, igualmente, para demonstrar a importância do monumento. A resposta à segunda razão do destombamento é sucinta e objetiva: “não há o que temer a burocracia da administração pública. Ela não é motivo para evitar a preservação e, no que diz respeito a licenciamento de obras, normas recentes simplificaram e tornaram mais ágil o procedimento.”

As considerações que são ponderadas no tombamento definitivo da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, no Decreto 9.413 de 21/06/1990: o valor cultural que representa congregando pessoas fiéis desde o século XVII; o templo de 1872 e suas escadarias estão ligados ao crescimento do bairro da Penha; marco



na paisagem urbana carioca onde se realizam festas tradicionais da cidade; e o parecer do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro.

Considerações

Os dois processos de patrimonialização possuem informações importantes das relações e negociações sobre os tombamentos de bens em diferentes esferas públicas de proteção dos patrimônios. Primeiro, cinquenta anos de diferença entre os processos de tombamento remetem a temporalidades históricas diversas. O indeferimento ocorreu em meio a um governo ditatorial e o tombamento na efervescência da ampliação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional para o de patrimônio cultural da Constituição de 1988. Segundo, atrelado ao primeiro, há que se saber sobre os objetivos institucionais de cada órgão público, em sua esfera federal e municipal, e sua compreensão sobre o patrimônio. Terceiro, a relação entre público e privado são complexas nas negociações patrimoniais.

135

A partir dessas três considerações, proponho inquietações que podem vir a abrir possibilidades para pensar a relação das esferas municipal, estadual e federal, para o que atualmente entende-se por patrimônio cultural. No que se refere ao processo indeferido de 1938, ele seria representativo de um respeito aos detentores culturais, no caso a Irmandade de Nossa Senhora da Penha de França? Ou seria parte das negociações e opções políticas das relações de boas vizinhanças da época? Na conjuntura de um governo ditatorial, com Getúlio Vargas na presidência, haveria a preocupação com esse tipo de relação? Em relação ao processo de tombamento efetivado pelo município, quais foram as motivações do Departamento municipal para abrir o processo para tombamento da Igreja? Mesmo tendo uma negação advinda do processo de pesquisa para o tombamento e o pedido de destombamento, quais seriam os sentidos do pouco diálogo e da aparente pouca negociação ao conflito?

Durante as duas visitas realizadas à Igreja da Penha em 2019, foi possível observar a maneira que o pároco responsável pela igreja se dirigia a ela. Ele mencionou, com entusiasmo, o fato de a Igreja da Penha ter ascendido na hierarquia eclesiástica católica à categoria de Basílica, o que traria ao templo relevância internacional. A interlocução foi rápida, fazia parte de uma formalidade de cumprimentos. E para além disso, demonstrou preocupação com ajustes e reformas que são realizados com frequência.



No dia 16 de junho de 1935, por decreto de Sua Santidade o Papa Pio XI, a Igreja de Nossa Senhora da Penha foi agregada à Sacrossanta e Patriarcal Basílica de Santa Maria Maior de Roma. No dia 15 de setembro de 1966, o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, então Arcebispo do Rio de Janeiro, elevou o templo sagrado de Nossa Senhora da Penha à categoria de Santuário Perpétuo.

No dia 31 de maio de 1981, o Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, atendendo aos desejos de Sua Santidade o Papa João Paulo II, elevou o Santuário de Nossa Senhora da Penha à categoria de Santuário Arquidiocesano Mariano.

No dia 16 de junho de 2016, o Papa Francisco, atendendo aos pedidos do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani João Tempesta, elevou o Santuário Arquidiocesano Mariano de Nossa Senhora da Penha à categoria de Basílica Menor.¹⁴

Levando em consideração os pronunciamentos da Irmandade nos dois processos de tombamento, estudando a história da Igreja posta no site institucional e a observação do pároco, há uma hipótese religiosa peculiar no caso. A proteção do patrimônio municipal ou federal remetem a uma referência cultural para a cidade e o país, o que parece divergir do intuito e esfera de reconhecimento buscado pela Igreja, que tem a ver com o lugar na hierarquia religiosa, que ultrapassaria as fronteiras brasileiras. Nas divisões organizacionais administrativas das igrejas católicas existem as que são dirigidas pelas irmandades às quais pertencem; as que fazem parte da cúria metropolitana, que reúne algumas igrejas a uma organização centralizada na catedral da cidade; e as que estão vinculadas a uma hierarquia direta com o Vaticano. A Igreja da Penha se enquadra nesta última, status de relevância que a Irmandade enfatiza com veemência. Entretanto, não há qualquer menção ao tombamento da Igreja da Penha pelo órgão municipal.

Mesmo que falando de processos de tombamento, interesses da Irmandade ou das políticas públicas patrimoniais, em primeiro lugar falamos de pessoas, dos seus símbolos de reconhecimento de memórias e sua história. Os registros são do processo de tombamento indeferido pelo Iphan e cinquenta anos depois o processo que levou ao tombamento da Igreja Penha realizado pelo município do Rio de Janeiro. Esses dois processos possuem elementos que permeiam as discussões sobre o patrimônio, como: para quem e a quem interessa que um bem seja patrimônio acautelado? Como a comunidade e sociedade do entorno se relacionam e veem este bem?

Finalmente, as questões em relação ao processo de tombamento da Igreja da Penha ajudam a fomentar e instigar as observações sobre os patrimônios, seus detentores culturais e a quem o bem interessa. Afinal, a preservação do patrimônio só é possível pela sua capacidade de representar ou não as populações a ele relacionadas.



Notas e Referências Bibliográficas

¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

² GONÇALVES, 2009, p. 31.

³ GONÇALVES, 2009, p. 32.

⁴ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: sobre literatura e história cultural**. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁵ NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, págs.7-28, dez. 1993.

⁶ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, I.M.; LIMA FILHO, M.F. (orgs.) **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: ABA, 2012.

⁷ A experiência vivida pelo capitão Baltazar, que proporcionou a construção da Igreja da Penha possui algumas versões. Uma delas, encontra-se no site da Basílica da Penha e menciona que capitão Baltazar estaria subindo o Penhasco para ver suas plantações, quando foi atacado pela serpente e ao clamar por socorro a Nossa Senhora surgiu o lagarto inimigo das serpentes.

⁸ Segundo dados obtidos no web site da Igreja, a senhora Maria Barbosa conseguiu engravidar e dar à luz a um filho, após pedido feito a Nossa Senhora da Penha, na Igreja no ano de 1817.

⁹ As informações do parágrafo compreendem um resumo dos dados contidos na pesquisa histórica realizada para o tombamento da Igreja da Penha pelo município do Rio de Janeiro. O documento de 82 páginas, acessado para fins da pesquisa acadêmica, apresenta tais referências na folha 13.

¹⁰ Idem nota 9, estando tais informações contidas na página 31.

¹¹ Coluna de Luiz Antonio Simas, datada de 12/10/2017 na seção de Cultura do jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/a-penha-no-centro-do-mundo-21938867> Acessado em: 23/03/2021.

¹² FACINA, Adriana; PALOMBINI, Carlos. O patrão e a padroeira: momentos de perigo na Penha, Rio de Janeiro. **MANA** 23(2): 341-370, 2017 – DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442017v23n2p341>

¹³ FACINA; PALOMBINI, 2017, p. 358.

¹⁴ Disponível em: (<https://www.basilicasantuariopenhario.org.br/historia-de-nossa-senhora-da-penha>)

Artigo enviado para publicação: **15.08.2022**

Artigo aceito para publicação: **13.12.2022**